



Protocolo de Cooperação
entre o
Instituto Geográfico Português
e o
Município de Ílhavo
e o
Município de Mira
e o
Município de Vagos

Considerando que:

A informação geo-referenciada, em especial a cadastral, é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP tem a seu cargo, entre outras atribuições, a responsabilidade da execução, renovação e conservação do cadastro predial;


O IGP, organismo responsável pela execução da política da informação geográfica, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reúna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local;

A Câmara Municipal de Ílhavo, doravante designada por CMI, enquanto entidade participante no projecto Sistema de Informação Cadastral de Vagos, Ílhavo e Mira.

A Câmara Municipal de Mira, doravante designada por CMM, enquanto entidade responsável pelo projecto de Sistema de Informação Cadastral de Vagos, Ílhavo e Mira.

A Câmara Municipal de Vagos, doravante designada por CMV, enquanto entidade participante no projecto Sistema de Informação Cadastral de Vagos, Ílhavo e Mira.

O Projecto de Sistema de Informação Cadastral de Vagos, Ílhavo e Mira (SICAVIM) tem por principal objectivo promover a criação de um sistema de gestão de informação cadastral de âmbito sub-regional, abrangendo o território dos três municípios e integrando os diferentes agentes locais, em articulação com o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNErGIC).



É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP representado por Arménio dos Santos Castanheira, a CMI representada por José Agostinho Ribau Esteves, a CMM representada por Mário Ribeiro Maduro e a CMV representada por Rui Miguel Rocha da Cruz que outorgam na qualidade de Presidente das respectivas instituições e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objecto

O presente protocolo tem como objecto regular a colaboração entre o IGP, a CMI, a CMM e a CMV, no âmbito do projecto Sistema de Informação Cadastral de Vagos, Ílhavo e Mira (SICAVIM).

Sem prejuízo de descrição mais detalhada, o projecto SICAVIM que junto se anexa a este protocolo, tem por principal objectivo promover a criação de um sistema de gestão de informação cadastral de âmbito sub-regional, abrangendo o território dos três municípios e integrando os diferentes agentes locais, em articulação com o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNErGIC).

Cláusula 2ª

Acções e Responsabilidades

As partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas:



1. Obrigações do IGP

- a) Fornecer à CMI a informação cadastral relativa ao concelho de Ílhavo;
- b) Fornecer à CMV a informação cadastral relativa ao concelho de Vagos;
- c) Apoiar tecnicamente as actividades e procedimentos conducentes à implementação do SICAVIM em articulação com o SiNErGIC;

2. Obrigações da CMI, da CMM e da CMV

- a) Promover, de acordo com o plano técnico e financeiro do projecto, a manutenção e actualização sistemática do SICAVIM.
- b) Promover as adaptações técnicas e administrativas do Projecto SICAVIM necessárias à sua constante conformidade com os modelos do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNErGIC).

3. Obrigações Comuns

- 
- a) Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção ou actualização de cadastro ou referência geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias;
 - b) Garantir o acesso aos dados relevantes à manutenção e actualização do SICAVIM e do SiNErGIC.
- 

Cláusula 3ª

Encargos

Os encargos relativos ao licenciamento da informação cadastral:

- a) referida na alínea a) do ponto 1 da Cláusula 2ª, no montante 33.305,00 €, acrescidos de IVA à taxa em vigor, serão assegurados pela CMI;
- b) referida na alínea b) do ponto 1 da Cláusula 2ª, no montante 56.969,50 €, acrescidos de IVA à taxa em vigor, serão assegurados pela CMV;
- c) Os montantes mencionados nas anteriores alíneas correspondem a 50% do valor real da informação cadastral licenciada, assumindo o IGP o restante encargo.

Cláusula 4ª


Prazos

- 1. A informação cadastral referida nas alíneas a) e b) da cláusula 3ª, será entregue à CMI e à CMV até 3 meses após a assinatura do presente protocolo.
- 2. Os montantes referidos na cláusula anterior serão pagos em 3 prestações assim distribuídas:
 - a) 25% com a assinatura do protocolo;
 - b) 25% com a entrega da informação;
 - c) 50% 12 meses após a entrega da informação.

Cláusula 5ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

- 1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.



2. Os dados cadastrais digitais, incorporados no SICAVIM, não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do respectivo município e do IGP.
3. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 6ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 7ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará até 2006 considerando-se sucessivamente renovado por períodos de 1 ano se nenhuma das partes se pronunciar em contrário, até três meses antes da data de termo.

Cláusula 8ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 9ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.

2. O presente Protocolo merece a concordância das entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais.

Mira, 17 de Dezembro de 2004

Pelo IGP

Pela CMI

Pela CMM

Pela CMV



Presidente



Presidente



Presidente



Presidente